

XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009.

# **Inclusão precarizada e identidades sequestradas na nova ordem social do trabalho.**

Rejane Gomes Carvalho y Eliana Monteiro Moreira.

Cita:

Rejane Gomes Carvalho y Eliana Monteiro Moreira (2009). *Inclusão precarizada e identidades sequestradas na nova ordem social do trabalho. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires.*

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/000-062/617>

*Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.*

# Inclusão precarizada e identidades sequestradas na nova ordem social do trabalho

## **Rejane Gomes Carvalho**

*Doutoranda em Sociologia do Trabalho – PPGS/UFPB  
Professora do Departamento de Economia – CCSA/UFPB  
rejanegcarvalho@yahoo.com.br*

## **Eliana Monteiro Moreira**

*Doutora em Sociologia – Picardie – França  
Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia – PPGS/UFPB  
emmoreira@uol.com.br*

## **1. Introdução**

Investigar o processo de “exclusão social” na atualidade requer bastante atenção quanto às diversas abordagens apresentadas. Vários são os movimentos sociais inseridos no campo da exclusão que se enquadram como minorias e reivindicam espaços perdidos. Não obstante, tais organizações sociais buscam o reparo de alguma possível injustiça social, moral ou histórica, cometida pela sociedade, tendendo a ressaltar mais a diferença do seu grupo do que a conquista de direitos sociais universais. Não se quer, com isso, invalidar ou diminuir a importância dos

movimentos na luta por reconhecimento social, de se fazerem presentes e participativos e, desse modo, poder influenciar a reforma e atualização da legislação de acordo com os interesses vários que compõem o campo social. Aqui, a preocupação que marca nossa reflexão, é a “participação fragmentada”, a perda de foco na luta pela conquista e melhoria dos direitos universais na medida em que, cada vez mais, assiste-se a determinação de ganhos pontuais, resultado da luta de um grupo particular.

É natural que uma sociedade abrigue diversos interesses, ainda mais em se considerando a complexidade da formação brasileira. Mas, entende-se como *excluído* todo aquele indivíduo que, independente de sua origem étnica, condição sexual, opção política ou gênero, esteja privado de exercer uma atividade produtiva, de ter moradia, saúde e educação de qualidade, de gozar direitos e deveres, condições mínimas que qualquer sociedade com compromisso moral deveria oferecer aos seus membros. Mesmo compreendendo-se a exclusão social como ausência de direitos universais ou como precarização dos mesmos, a noção de exclusão apresenta-se controversa, se for levado em consideração que todos os segmentos sociais e indivíduos fazem parte de um mesmo organismo \_ do sistema capitalista de produção \_ que tem como condição para reproduzir-se a expropriação de valores criados pelo trabalho e, por conseguinte, a exclusão de trabalhadores no processo de distribuição da riqueza. Vista dessa ótica, a noção de *exclusão* torna-se mais universal, devendo ser preocupação de todos aqueles que se encontram na condição de trabalhadores, que tem na atividade produtiva os elementos essenciais para determinarem suas identidades e o seu lugar social. Sujeitos com valores morais e sociais com capacidade de interferir e modificar o seu meio como exercício de cidadania. Todavia, o movimento de desqualificação do trabalho como instrumento de construção social, presente na sociedade contemporânea, faz com que a importância do sujeito social moldado pelo trabalho, seja suplantada pela idéia neoliberal reatualizada do trabalhador flexível, que precisa adaptar-se também a um trabalho flexível, com lugares e tempos indeterminados, instáveis e, por isso, inseguros.

O homem/trabalhador flexível tem sua subjetividade molestada no tocante aos valores morais e sociais oriundos da vida construída em torno do trabalho. Os vínculos pessoais passam a ser formados e quebrados aparentemente com mais facilidade e com menos traumas. Esse “novo” modo de vida contribui para que a participação dos sujeitos seja desmontada à medida que outra socialização por meio do trabalho flexível se forma, estimulando as conquistas isoladas e a fragmentação dos movimentos sociais, antes inspirados no trabalho estável.

Assim, discutir a problemática da eliminação de lugares sociais com a suposta perda de centralidade do trabalho, e as novas referências para os sujeitos, frente ao desafio de se incluir e manter-se estável, num momento em que se naturaliza a crescente insegurança e desproteção social para o trabalhador, constituem as principais motivações de nossas reflexões neste trabalho.

## **2. A permanente luta para existir em campo social minado**

Estabelecendo-se um contraponto ao discurso que promove a perda da importância do trabalho vivo no processo produtivo e sua capacidade socializadora, aqui se pretende resgatar a idéia do trabalho como categoria essencial ao sistema capitalista por ser fonte e reprodução de valores. Por mais que se reconheça o crescimento do capital constante no processo produtivo, em decorrência do desenvolvimento tecnológico e dos novos avanços no sistema de informações, ainda não se pode descartar a capacidade criadora de valor do trabalho humano, quer seja como trabalho intelectual ou como trabalho concreto, pois as máquinas, os softwares, as mercadorias e a riqueza como um todo, não se criam sem a interferência do trabalho humano.

O fetiche que envolve a determinação do valor das mercadorias, lembrando Marx, é um recurso fundamental para a sobrevivência do capitalismo por permitir a renovação da dominação do capital sobre o trabalho e, desse modo, a submissão dos donos de força de trabalho às condições de reprodução do capital. É exatamente essa relação de poder que garante ao capital continuar expropriando valores do trabalhador sem que este possa representar ameaça significativa ao lugar dos donos dos meios de produção. Apesar de parecer contraditório, este movimento expressa a luta pela sobrevivência do próprio capital. Conforme observação de ANTUNES, (...) *a alienação é a luta do capital para sobreviver, a luta do capital para subordinar o trabalho (...), é a luta incessante do capital pelo poder. A alienação não é um aspecto da luta de classes: ela é a luta do capital para existir* (HOLLOWAY *apud* ANTUNES, 2002, p. 41).

Essas considerações constituem os elementos determinantes para a compreensão do que vem ocorrendo no mundo do trabalho. Apesar do nebuloso cenário de forças renovadas, não se pode deixar de admitir que a sociedade encontra-se em ebulição, com comportamentos e valores sendo transformados e submetidos a novas interpretações. Contudo, a diversidade de temas, atores e coisas, nem sempre acusa novas relações, mas em seu matiz, esconde muitas vezes, velhas formas recicladas. Permanecem as relações de poder e a exploração do trabalho sob o símbolo do moderno e, por isso, insuspeito de ser hostil e discriminador, não se deixando perceber como recriação e manutenção das desigualdades sociais, num individualismo atualizado.

Esta paisagem confusa e imprecisa é o que compõe o “novo social”, influenciado significativamente pela (des)orientação tomada pela vida no trabalho. Se antes, na era fordista, a estabilidade no trabalho podia conferir uma história de vida, mantendo a unidade familiar, os amigos e os vínculos sociais, em grande medida determinados pelos valores morais construídos a partir da identidade profissional, hoje se vivencia uma história de ruptura de vínculos sociais, expressão da instabilidade e insegurança no trabalho. Ter capacidade/força de trabalho não significa mais, necessariamente, construir uma vida digna, mas ter que assumir a condição de fragilidade, dada a disputa ferrenha por um lugar no mercado de trabalho. Cada vez menos é possível planejar o futuro pessoal e da família, pois a luta é para sobreviver ou manter-se empregado no presente. É essa perspectiva que ocupa as mentes e os comportamentos dos jovens, em especial, que já tem nessa situação de insegurança uma realidade naturalizada, já que não tiveram oportunidade de viver outra experiência. Desse modo, como a preocupação está no presente, é preciso buscar as melhores oportunidades de “curtição”/consumo de coisas, ambientes e, porque não, de pessoas, privilegiando-se quase sempre o aspecto da quantidade, típico dos desejos da juventude, coadunando-se perfeitamente com o apelo consumista do capitalismo.

A mensagem principal subliminar contida na mídia, através das novelas e dos heróis fabricados, alerta para que devemos viver o agora, ou em outros termos, consumir agora, até porque com a barbárie social em que a sociedade se encontra não temos garantia alguma de estarmos vivos amanhã. Portanto, a atitude empreendedora, juntamente com o comportamento consumista, parece nortear todo o sentido de realização individual na sociedade presente. Aos que não conseguem se encaixar nesse modelo, resta a aceitação do fracasso, a perda de identidade e o não reconhecimento social, pois o “ter”, ou melhor, o “parecer ter” passou a ser o elemento principal na determinação das identidades, uma vez que a vida no trabalho representa cada vez menos referência de segurança, futuro e *status* social. Se esta for a nova sociabilidade a orquestrar a atitude dos indivíduos, a noção de participação e representação dos sujeitos, oriunda dos vínculos sociais criados pelo trabalho, torna-se insuficiente para explicar os comportamentos desses sujeitos na relação com o Estado, com o capital e consigo mesmos. A instabilidade da vida social no trabalho assalariado, contribui para aprofundar a condição de marginalização de um contingente de criaturas sem utilidade direta para o capital, condenados à atividades informais e precarizadas ou, em muitos casos, dependentes da “caridade” do Estado e da solidariedade dos vários grupos de assistência humanitária.

De acordo com as reflexões de TELLES (1994, p. 231), as transformações tecnológicas reordenaram o espaço do trabalho de maneira a poder fragmentar a “sociedade, dividida entre enclaves de modernidade e uma maioria sem lugar”. Essa miscelânea provoca a perda de identidades e, portanto, uma crise de representação, além de limitar a ação das políticas sociais e de emprego, insistentes em programas de inclusão social fundamentados nos mecanismos tradicionais da ocupação estável no mercado de trabalho, como é o caso da política de qualificação profissional.

A qualificação profissional, como política de inserção, não é garantidora de lugares sociais, nem sustenta a criação de emprego e renda. No âmbito dos programas de qualificação do trabalho, prevalece o aspecto técnico e quantitativo, como se a crise na esfera do trabalho fosse causada apenas pelo despreparo dos trabalhadores em relação aos avanços tecnológicos, desviando-se da preocupação política e social.

A política de qualificação profissional está mais voltada para a elevação do nível de escolarização dos trabalhadores e para permitir a adaptação/formação dos sujeitos ao processo de flexibilização da força de trabalho, formando mentalidades orientadas para aperfeiçoar suas capacidades individuais, mobilidade profissional, competitividade e gestão da força de trabalho, e contribuindo para esmaecer a dimensão política da participação dos trabalhadores na vida social. Não se pode perder de vista que este processo representa um ambiente de intensas disputas de poderes, de lugares, com o surgimento e a exclusão de sujeitos, mas que, historicamente, tem marcado a renovação das formas de controle do capital sobre o trabalho, que avança por espaços antes não atingidos. É por isso mesmo que continua sendo atual discutir as novas identidades sociais e as formas de representação e participação que emergem dessa sociedade multifacetária.

Na condição permanente de marginalização, muitos indivíduos perdem sua capacidade de acreditar numa mudança de vida; não se reconhecem mais como sujeitos com capacidade de recolocar-se no mercado formal de trabalho e entregues às armadilhas sórdidas da exclusão vivem em situação de auto-abandono, envolvidos nas drogas, na violência e em completa degradação humana, perdendo a referência de valores sociais e morais. Como esperar consciência e participação política desses homens violentados pela pobreza, reproduzidos nas novas gerações de jovens sem futuro? Como bem traduz TELLES,

(...) Velhos e novos problemas se encontram em uma grande gramática social muito excludente que joga muitos, intermitente ou definitivamente, fora do poder de interpretação de sindicatos, partidos e organizações civis. É isso, a

rigor, que define o sentido mesmo da exclusão, para além do que indicadores sociais são capazes de medir. E é isso que, talvez, constitua o ponto cego de nossa recente democracia: uma sociedade civil restrita \_ truncada, poder-se-ia dizer \_ na qual as práticas de representação e negociação se generalizam com dificuldades para além dos grupos mais organizados (TELLES, 1994, p. 234).

Como recuperar o lugar social digno para esses indivíduos desalentados? Estes, em parte, são reconhecedores do abandono e da corrupção política que os agride com a falta de responsabilidade social dos gestores públicos mas, nem por isso, desenvolvem forças capazes de romper com a inércia e continuam à espera de um salvador que tenha a piedosa vocação de retirar o pobre da lama. É desse modo que a sociedade brasileira vai transcendendo de um presente sem futuro para um futuro de promessas de mais democracia e mais igualdade.

Eivado de um discurso de progresso e modernização, legitimando a lógica de acumulação capitalista, o Estado torna-se refém da política de crescimento econômico sem distribuição de renda, limitando-se no plano social a intervir com políticas de cunho assistencialistas e atenuadoras do desemprego. Por outro lado, observa-se certo conformismo dos indivíduos marginalizados, expressando a espantosa sensação da pobreza naturalizada e o reconhecimento/aceitação de que não há representação política séria, por isso, não vale a pena lutar, já que poucos sobreviverão na causa até o fim, porque corrompidos pelo poder e pelas instituições, ou porque vítimas da barbárie social.

Contudo, esse estado letárgico não se faz por acaso dada a força ideológica das formas de controle do capital sobre a vida social. Para SORJ (2004), a sociedade pós-moderna é marcada pela individualização de valores e das relações sociais, fazendo com que não haja fortalecimento das identidades coletivas. A luta para manter-se incluído gera um indivíduo ansioso, na busca permanente pela qualificação. O não sucesso profissional ou o desemprego de longa duração produz um sujeito desencantado e angustiado ao perceber-se distanciado do mundo social e não reconhecido como cidadão-consumidor, fracassado e incompetente. Nesse mundo de iguais na exclusão, e de quebra do sentido de coletividade em que se desqualifica o trabalho como um elemento societário comum, resta apenas a luta pela diferença de questões particulares, em que prevalece a vitimização de certos grupos que, por sua vez, requerem alguma política compensatória que obedeça ao sentimento de justiça social. É desse modo que se fragmentam ainda mais as identidades, perdendo-se a referência do todo social e de cidadania, ampliando e confundindo a compreensão sobre a exclusão. Para SORJ,

A noção de desigualdade social passa a ser múltipla, de forma que um indivíduo concreto pode estar inserido em posições diferentes, dependendo do grupo de referência. Assim, por exemplo, pode encontrar-se na parte superior da pirâmide, do ponto de vista do emprego ou da renda, mas em posições inferiores se identificado a um grupo racial, étnico ou de gênero. As múltiplas desigualdades têm erodido as noções de classe social como conceito capaz de dar unidade ao indivíduo e do lugar desse indivíduo no sistema de distribuição de riqueza (SORJ, 2004, p. 58).

Destarte, não se pode perder de vista que, apesar da aparente e contraditória apatia e caos social, vivencia-se um momento riquíssimo de transformações na ordem social como parte de um processo, sabendo que ao mesmo tempo em que o homem é engrenagem do sistema, também é intelecto que transforma tanto para construir quanto para destruir. Certamente encontra-se em gestação algo novo na dimensão da subjetividade e das relações sociais, talvez ainda não definido claramente, mas determinante na reorganização das relações de poder e na produção e apropriação de valores.

### **3. Considerações finais**

Na contramarcha da exclusão, vão se recriando mecanismos de resistência, ainda que silenciosos, na luta para que os marginalizados continuem existindo ou para que sejam (re)inseridos no mercado de trabalho. Neste processo, é motivo de preocupação não só a continuada destruição de ocupações de trabalho produtivo, mas o processo ininterrupto de degradação social que se instala nos coletivos de marginalizados sem ação e sem esperança. Nesses termos, a luta pela inclusão é orientada para a manutenção das condições mínimas de sobrevivência, desviando as atenções das conquistas que promoverão melhores condições e qualidade de vida.

Diante dessas considerações, é imprescindível uma reflexão comprometida com os novos elementos que marcam a subjetividade dos indivíduos a partir do trabalho, das relações sociais, do Estado e dos seres humanos flexíveis. Qual representação e qual identidade se podem construir a partir dos valores e dos estímulos sociais ressignificados pelo trabalho? É preciso repensar e resgatar certos valores sociais sob o princípio da solidariedade para que não tenhamos uma sociedade em que prevaleçam interesses difusos e desordenados, reflexo de indivíduos sem expressão e sem marcas de uma vida produtiva, sem presença e sem capacidade de interferir em seus destinos, agindo como andróides programados para obedecer.

Conciliar os diversos interesses dos que se consideram “excluídos” é um dos grandes desafios na relação entre o Estado e a sociedade sendo que, entre as controvérsias, diferenças e paixões, o mais importante é não perder de vista a dimensão da representação social como instrumento fundamental para a transformação da sociedade, com conquistas de direitos coletivos e não fragmentados, em que prevaleça mais a solidariedade e menos o comportamento individualista corrosivo do social.

## Referências bibliográficas

- ANTUNES, Ricardo. **As novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. CRH, Salvador, n° 37, jul./dez. 2002.
- DRUCK, Graça. **Flexibilização e precarização: formas contemporâneas de dominação do trabalho**. CRH, Salvador, n° 37, jul./dez. 2002.
- DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social**. São Paulo, Paz e Terra, 2001.
- GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**. São Paulo, Cortez, 2005.
- MARTINS, J. de S.. **Exclusão social e a nova desigualdade**. São Paulo, Paulus, 1997.
- NASCIMENTO, Elimar Pinheiro do. **Dos excluídos necessários aos excluídos desnecessários**. In: BURSZTYN, Marcel (Org.) No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Rio de Janeiro, Garamond, 2000.
- Nogueira, Marco Aurélio. **Um Estado para a sociedade civil**. 2ª ed., São Paulo: Cortez, 2005.
- OLIVEIRA, Luciano. **Os excluídos ‘existem’?** Notas sobre a elaboração de um novo conceito. Revista Brasileira de Ciências Sociais. São Paulo, n°. 33, ano 12, pp. 49-61, fevereiro de 1997.
- PAIVA, V.. **Qualificação, crise do trabalho assalariado e exclusão social**. In: GENTILI, P. e FRIGOTTO, G. (Orgs.). A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho. 3ª edição, São Paulo: Cortez; Buenos Aires: CLACSO, 2002.
- PAUGAM, Serge. **Desqualificação social: ensaio sobre a nova pobreza**. São Paulo, EDU/Cortez, 2003.
- SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social**, Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2004.
- TELLES, V. da S. **Mutações do trabalho e experiência urbana**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 18, n° 1, p. 173-195, junho/2006.
- \_\_\_\_\_. **Pobreza e cidadania**. São Paulo, USP, 2001.
- \_\_\_\_\_. **Pobreza, movimentos sociais e cultura política: notas sobre as (difíceis) relações entre pobreza, direitos e democracia**. In: DINIZ, Eli; LOPES, José Sérgio L. e PRANDI, Reginaldo (Orgs.). O Brasil no rastro da crise. São Paulo, ANPOCS/IPEA/HUCITEC, 1994.